OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

Quer uma reforma estrutural?

CAMILO LOURENÇO
Analista de Economia
camilolourenco@gmail.com

"Grécia, Espanha e Portugal são os países menos afetados na nossa análise, uma vez que o impacto negativo dos custos de financiamento mais elevados é compensado por uma dinâmica favorável da dívida, apoiada por uma evolução económica e orçamental sólida".

Ontem um espetador perguntava-me se a frase é verdadeira ou se faz parte do rol de "fake news" que percorrem as redes sociais. Não é. Faz parte de um documento da DBRS que analisa o comportamento dos juros dos países do sul da Europa, que há 15 anos estavam no grupo dos PIGS.

Quem olhar para os mercados de dívida nos últimos 12 meses percebe que Portugal e seus colegas do sul, que precisaram de ajuda na crise financeira, estão muito melhor do que França, Itália, Finlândia e Áustria. Divergência que se acentuou no último mês, quando os mercados de dívida soberana entraram em ebulição. Porquê? Por razões inversas das que há 15 anos levavam os investidores a fugir deles: na altura tinham as contas públicas num caos; agora têm-nas controladas. É verdade que no caso da Grécia a dívida continua acima da italiana. Mas os investidores olham para a sua dinâmica, que aponta para baixo. No caso francês, ao invés, tudo aponta para o agravamento da dívida (a França já merecia um "downgrade"!)

O que levou estes países a mudar? Receio dos mercados: os três países aprenderam da pior maneira que os desequilíbrios orçamentais pagam-se... com troikas. E não voltaram a prevaricar. E, no caso português, apesar de as Finanças estarem a contar pagar mais 776 milhões em juros do que em 2027, Portugal está melhor do que os vizinhos. Esperemos que a demagogia e o populismo não deem cabo desta reforma estrutural. ■

CONVIDADO

A ilusão da trégua e a mutação do capitalismo

EUGÉNIO COSTA ALMEIDA
Investigador académico do CEI-ISCTE, CEDESA e do CINAMIL

Da Vigarice Diplomática de Ambrose Bierce ao Neomercantilismo da Finitude: O Caso de Angola e o Corredor do Lobito.

A leitura cruzada da máxima de Ambrose Bierce — segundo a qual a paz, na política internacional, é apenas um intervalo de vigarices entre dois conflitos — com o dossiê da revista Alternatives Économiques sobre o eventual fim do liberalismo permite compreender a transição económica e geopolítica em curso. A globalização liberal, apresentada durante décadas como promessa de paz pelo comércio, revelou-se menos uma ordem harmoniosa do que uma trégua normativa sob hegemonia ocidental. A integração financeira, a dispersão das cadeias de valor e o livre-comércio não aboliram a rivalidade entre Estados: deslocaram-na para o plano da dependência tecnológica, logística, energética e financeira.

O século XXI trouxe, porém, um limite material a essa ilusão. A crise climática, a escassez de minerais críticos, a fragilidade das cadeias de abastecimento e a concentração do processamento de recursos estratégicos demonstram que o capitalismo já não pode assentar na ideia de abundância ilimitada. A transição energética e a digitalização ampliaram a disputa por lítio, cobalto, cobre, níquel, terras raras e coltan, convertendo estes recursos em instrumentos de soberania. O antigo princípio liberal de comprar onde fosse mais barato cede lugar ao imperativo de produzir onde seja seguro, dentro de alianças políticas fiáveis.

Deste contexto nasce um neomercantilismo sofisticado. A interdependência global tornou-se arma: sanções, controlo de semicondutores, domínio de moedas de reserva, cabos submarinos, redes digitais e sistemas financeiros passaram a integrar o arsenal estratégico dos Estados. O Estado regressa ao centro da economia, não como árbitro neutro, mas como gestor da segurança nacional. Política industrial, subsídios, barreiras tarifárias e relocalização produtiva tornam-se instrumentos legítimos de competição entre potências.

É neste quadro que deve ser analisada a política económica de Angola e, em particular, o Corredor do Lobito. Mais do que uma infra-estrutura ferroviária e portuária, o Corredor converteu-se num eixo geoeconómico onde se cruzam os interesses dos Estados Unidos, da União Europeia e da China. Para Angola, ele representa uma oportunidade de reequilíbrio estratégico, reduzindo a dependência face a Pequim e posicionando o país como porta atlântica para o escoamento do cobre e do cobalto da República Democrática do Congo e da Zâmbia.

Mas o seu valor não deve limitar-se à função de corredor de exportação mineira. Ao atravessar o Planalto Central, o Lobito pode articular o mercado interno, reduzir custos logísticos, estimular a produção agro-pecuária e apoiar a diversificação económica. O risco é que se transforme num novo enclave extractivo, subordinado aos interesses das multinacionais e das potências externas. Para evitar essa repetição histórica, Angola terá de ligar o Corredor a uma política industrial, agrícola e tecnológica que promova processamento local, transferência de conhecimento e criação de valor interno.

As tréguas contemporâneas — memorandos, acordos tarifários provisórios e discursos de 'de-risking' — não significam o regresso ao multilateralismo liberal. Funcionam antes como pausas tácticas para reorganizar cadeias produtivas, identificar vulnerabilidades adversárias e preparar novas formas de pressão. A diplomacia conserva o vocabulário da cooperação global, mas serve frequentemente interesses nacionais cada vez mais proteccionistas.

A conclusão é clara: não vivemos uma crise passageira do liberalismo, mas a consolidação de um capitalismo da finitude, marcado pela competição por recursos escassos e pela centralidade estratégica do Estado. Para Angola, a soberania futura dependerá menos da simples atracção de investimento externo e mais da capacidade de transformar activos geográficos e minerais em desenvolvimento produtivo, segurança alimentar, autonomia energética e receitas diversificadas. A lição de Bierce permanece actual: sem equilíbrio material e justiça estratégica, a paz não passa de preparação disfarçada para o conflito seguinte. ■

O Estado regressa ao centro da economia, não como árbitro neutro, mas como gestor da segurança nacional.

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico